



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur
global”

Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Mesa Temática 40

La urbanización latinoamericana en el capitalismo actual: retos teóricos y metodológicos

Título de la ponencia

FINANÇAS E IMOBILIÁRIO: O “NOVO” MOINHO SATÂNICO GLOBALIZADO

Paulo Cesar Xavier Pereira,

FAU USP

Resumen

MOINHO SATÂNICO foi a metáfora utilizada para afirmar que “um mercado auto-regulável... teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto”. (Polanyi: [1944] 2000, 18). Atualmente essa tese de Karl Polanyi ganha força porque no capitalismo contemporâneo o risco de aniquilamento da vida social se exacerbou frente à emergência do poder das finanças mundializadas e dos títulos imobiliários, que Chesnais (2005) sintetizou como sendo da *propriedade patrimonial*. Essa síntese, econômica e política, remete ao poder do rentismo. Na América Latina, o impacto desse novo regime de acumulação patrimonial se soma às mazelas do patrimonialismo colonial. A propriedade rentista reforçada no novo capital financeiro, diferente daquele de Hilferding, e na mundialização das finanças se combina com as sequelas coloniais da tradição patrimonialista. Especificamente na produção do espaço os processos espoliativos – urbano, imobiliário e financeiro - são instrumentalizados pelo empreendedorismo urbano disposto a mobilizar a cidade inteira para o capital financeiro mundial, inclusive o patrimônio público municipal, como faz o atual gestor de São Paulo. A compreensão teórica dessa nova realidade se constitui num passo necessário para se buscar caminhos de superação dessa dupla hegemonia patrimonialista que recai sobre Nuestra Latinoamerica.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Introdução

Este texto discute a emergência mundial de um novo regime capitalista nas últimas décadas do século XX, denominado de “regime de crescimento patrimonial” por Aglietta (1999), que na América Latina vem se associar às mazelas do patrimonialismo colonial. Nesse novo regime de acumulação, conforme Chesnais (2005), a propriedade rentista será reforçada por um capital financeiro diferente daquele retratado por Hilferding, e pela mundialização das finanças. O objetivo desta discussão é refletir sobre como essas forças de transformação do capitalismo contemporâneo se combinam com forças oligárquicas (rentistas), particularmente, no Brasil, tendendo a agravar as sequelas sócioespaciais da tradição patrimonialista da urbanização latino-americana.

A hipótese é de que o impacto urbano desse novo regime revela-se na produção do espaço enquanto suporte, condição e meio das transformações das cidades onde os processos espoliativos – urbano, imobiliário e financeiro - são instrumentalizados nos megaprojetos pelo empreendedorismo neoliberal. Portanto, não se trata de algo recente, mas que há décadas vem se agravando e tornando o desenvolvimento urbano fonte de um rentismo exacerbado, como resposta ao caráter empresarial e privado da nova urbanística¹.

Nesse artigo, se sugere que essa exacerbação associa-se à emergência de um urbanismo empreendedorista de caráter neoliberal que se revela disposto a mobilizar a cidade inteira para o grande capital mundial. Certamente, essa mobilização da propriedade da terra urbana pelas finanças se dá de maneira diferenciada conforme o país, a cidade e a inserção desses nessa nova ordem mundial. Esta ficando frequente ver camadas médias endinheirada engrossando a resistência popular e até se envolvendo lutas urbanas, o que gera muita controvérsia sobre a qualidade dessas intervenções urbanas².

Apesar dessas mobilizações parece que esse urbanismo neoliberal não encontra limites para a instrumentalização das terras urbanas, inclusive, do patrimônio público municipal,

¹ No Chile, um país em que se costuma louvar as medidas neoliberais porque teriam sido bem sucedidas considera-se que o “éxito reconocido del modelo neoliberal en la economía chilena contrasta con sua autocrítica y reconocido fracasso en el desarrollo urbano” (Daher, 1991 p 292).

² A bibliografia é recente, mas razoavelmente difundida, especialmente, no que se refere sobre os enfrentamentos nas áreas centrais e de renovação urbana para megaprojetos.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

como faz recentemente o atual gestor (PSDB, Partido Social Democrata do Brasil) do município de São Paulo³.

De maneira que esse texto se justifica pela necessidade de compreender essa instrumentalização da terra e do espaço urbano em Nuestra Latinoamerica. É sabido que há investimentos e compras de terras em diferentes partes do território, mas aqui a discussão ressalta aqueles relacionados à urbanização. Visto que algo mudou, cabe aprofundar a compreensão crítica da urbanização, conhecer os caminhos de superação do patrimonialismo. Agora, desenvolvido em dose dupla, porque a emergência mundial desse “regime patrimonial”⁴, na América Latina, parece se somar às mazelas do patrimonialismo de tradição colonial, oligárquico, manifesto na urbanização dependente.

Para isso, o texto se desenvolve em três momentos: o primeiro, trata de lembrar como a colonização ibérica, principalmente a da Coroa portuguesa, desenvolveu relações patrimoniais que deixou sequelas que ainda são persistentes na vida urbana e na organização das cidades. O seguinte, discute as características da crise da acumulação a partir da transformação do capitalismo contemporâneo tendo como base a teorização de David Harvey (2004) sobre “acumulation by despossession”⁵ e introduz a análise de Michel Aglietta (1998 e 1999) sobre a emergência do “regime patrimonial”. O terceiro momento, recupera a discussão de Harvey e Aglietta acrescentando a interpretação de François Chesnais (2005, p. 49) sobre o “patrimônio [que] designa uma propriedade mobiliária e imobiliária que foi acumulada e dirigida para o “rendimento”, como um regime específico de propriedade do capital. Ensaia mostrar como diferentes patrimonialismos se combinam e estruturam uma nova máquina de capturar recursos e concentrar riqueza, especialmente, entre os proprietários mais ricos.

Vale frisar que no regime patrimonial importa menos do que no regime fordista, quem é o agente criador da riqueza. A importância dada ao patrimônio e o seu entendimento como “moderno entesouramento”⁶ põem em relevo a prevalência do capital fictício, a

³ O Prefeito e outros representantes da administração pública paulistana, recém assumidos, viajaram ao exterior para divulgar espaços da cidade que poderiam ser objeto de negócios com parceiros privados do capital internacional tendo, inclusive, criado na Câmara Municipal uma Comissão para tratar do tema da privatização de parte significativa do patrimônio urbano.

⁴ Esta denominação é dada por Aglietta (1998), mas como veremos há outras designações em disputa.

⁵ Parece haver uma distinção entre a tradução para o português e para o espanhol que precisa ser melhor esclarecida; por isso adoto, de início, a escrita inglesa.

⁶ “Entesouramento moderno” refere-se aos rendimentos distribuídos como dividendo e juros que se tornam capitais “cativos da finança” (Chesnais, 2005, p. 48). Por essa designação, se pretende que os proprietários desses capitais possam a ser reconhecidos como detentores de títulos patrimoniais e não apenas credores.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

sua exterioridade em relação à produção e a discriminação contra o agente do trabalho. Nesse sentido, urge entender que essa *máquina patrimonial* é concentradora de riqueza devido aos fluxos globais do capital e se manifesta a nível local de maneira vigorosa na dinâmica imobiliária tendo se mostrado especialmente predatória na urbanização das cidades latino-americanas.

1. Patrimonialismo: sequela e permanência secular

Nesse item, sem querer minimizar as muitas rupturas que a história urbana na América Latina apresenta, busca-se considerar as continuidades e apontar a presença do patrimonialismo em cidades contemporâneas⁷. Muitas práticas urbanas patrimonialistas por mais despropositado que possa parecer, persistem e é preciso reconhecer que respondem não só à força de uma tradição secular; mas, parece haver uma verdadeira fábrica de patrimônio que precisaria ser melhor conhecida e criticamente discutida⁸.

Certamente, a cidade latino-americana construída para responder, simultaneamente, ao poder da Coroa e ao interesse do colono, é patrimonialista. Aqui, o patrimonialismo, basicamente, é uma prática política e econômica que confunde a propriedade pública e a vida privada sempre de maneira a favorecer os interesses particulares. Na América Latina essa prática encontra raízes na colonização e como outros fenômenos políticos e sociais apresenta variações e recebeu diferentes denominações conforme o país e região: compadrazgo, compadrinazgo, enchufe, padrino, pituto, caudilhismo, coronelismo, clientelismo, padrinho, etc.

Desde os primeiros avanços no processo de urbanização, o desenvolvimento da construção implicou na mobilização de uma enorme massa de trabalhadores. Esta característica da indústria da construção significou uma “puerta por la cual los trabajadores llegan a la ciudad” (Panaia, 2004, p. 10). Por isso, desde os inícios da industrialização, a organização da construção se estabelece como diferente do modelo fabril. Todavia, “fue importante en los cuatro países del Mercosur, pero especialmente em Brasil y Argentina” (ibidem, 11) tendo seu desenvolvimento se desdobrado numa diversidade de formas de produção (Pirez, 2016; Jaramillo, 1979). Essa heterogeneidade do setor explica, em grande parte, porque uma massa humana

⁷ O patrimonialismo é um conceito clássico, cabe um estudo do seu uso em diferentes campos de conhecimento. Mas, é preciso ressaltar que apesar de utilizado por importantes intelectuais, que buscavam uma interpretação do seu significado político, não se chegou propriamente a um consenso fenômeno.

⁸ Heinich (2009), socióloga dedicada ao estudo do campo das artes, defende a ideia de uma verdadeira “inflação patrimonial” devido ao culto moderno do patrimônio.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

gigantesca se amontou nas cidades latino-americanas. Mas, é importante considerar como faz Ferro (2005) que a elevada massa de excedente extraída dos trabalhadores da construção cumpre um fator relevante na perequação da taxa geral do lucro e, por isso, tem implicações na formação de um valor “em excesso” capturado como renda pelos proprietários da terra (Pereira, 1988).

Assim, o imobiliário como produção de propriedades, como patrimônio urbano, tem implicado numa dupla polaridade: de um lado, decorrente do uso e abuso da disponibilidade de trabalho barato e, de outro, devido a quase completa ausência de condições urbanas para a moradia digna. De maneira que, condicionada pela exploração e espoliação, a urbanização dependente se manifesta.

Face à complexidade da combinação dessas polaridades, ressaltamos um ponto que poderá sintetizar esses movimentos desiguais e de dependência. Nos diversos países, onde ocorre o desenvolvimento do setor fabril prospera uma *visão industrial* em busca do lucro e no setor da construção uma *visão patrimonial* em busca da renda. Apesar da dissonância dessas visões, ambos sotes estimularam o desenvolvimento e resolveram os problemas em que uma “sociedade estruturada pela hierarquia de patrimônios foi substituída por uma estruturação quase toda fundada sobre a hierarquia do trabalho” (Piketty, 2014, p. 408). Nem mesmo nos países desenvolvidos a moderna indústria e a urbanização levou ao fim o patrimônio, inclusive na França, observa o autor, ter-se-ia passado “de uma sociedade com um pequeno número de grandes rentistas para uma sociedade uma sociedade com grande número de rentistas menores” (ibidem, p.410).

Na América Latina, particularmente nas grandes cidades, ao lado do significativo barateamento do preço da força de trabalho, que favoreceu a industrialização, se montou um quadro habitacional e urbano onde vem persistindo o problema de morar. A moradia urbana promovida privadamente por via não mercantil foi ressignificada; se antes, nos inícios da urbanização o problema de morar podia resultar de uma incapacidade técnica de construir e da ausência de materiais ou de trabalhadores para construir, aos poucos o problema se transformou. O que era questão técnica, com anuência tácita do Estado virou política e o problema já não é *como* construir, mas *onde*



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

construir. No decorrer do século XIX se instituiu a compra como forma de acesso à terra, pela institucionalização da moderna propriedade imobiliária nos diferentes países⁹.

Instituída essa propriedade, ela passa a implicar em equivalência monetária e exigir pagamento de renda da terra. Devido a completa “ausência” do Estado na busca de soluções para a moradia, o imóvel se renova como uma fonte de acumulação do capital. Nesse momento, de constituição de relações sociais modernas envolvendo a propriedade da terra é preciso observar que serão as próprias relações de apropriação do espaço que se estabelecendo na produção da mercadoria imobiliária que permitem que o que (ainda) não é capital se apresente funcionando como tal e produzindo valor. Um mais valor, que como diz Marx, citado por Rosdolsky, é “diferente de si mesmo”:

“Só se pode explicar esse valor com a teoria da renda da terra. A moderna renda da terra é uma criação específica do capital, a única criação em que ele faz surgir um ‘um valor diferente de si mesmo, de sua própria produção’.” (Rosdolsky, [1968], 2001, p. 46) (Grifo nosso)

A cidade latino-americana por anos assolada por uma urbanização incipiente, resultava num extenso território esparsamente aglomerado caracterizado por uma ocupação extremamente precarizada, cujo desenvolvimento não se deu assentado pela produção imobiliária para mercado. De maneira que a produção da cidade para o capital, de início, não ocorreu de maneira inteiramente mercantil e nem como produto capitalista. Mas, será esse produto (como um capital ilusório) pressuposto na moderna propriedade da terra, que imporá o trabalho assalariado e que criará existência real ao capital.

No início do século XX, ainda o aluguel de casas se mesclava com a solução construída pelo próprio morador fazendo persistir o acesso habitacional sem a instituição de contrato e sem respeitar a legislação urbana. Ao longo do século, a baixa densidade de soluções capitalistas para a moradia tradicional conviveu com processos de produção capitalista. Nesse convívio desapareceu-se da busca de solução tendo constantemente recriado (acobertado e falseado) o problema da moradia por uma multiplicidade de processos de produção “mercantiles, no mercantiles o desmercantilizados” (Pirez, 2016, p. 140).

Esse acobertamento pode ser visto como um limite à mercantilização da urbanização. Mas, como a rigor obscurece que a multiplicidade de soluções corresponde a diferentes

⁹ No Brasil, foi a Lei de Terras de 1850 que estabeleceu o acesso apenas por meio pagamento em dinheiro. Cada país tem a sua legislação sobre a propriedade de terras, mas em meados do XX todos já tinham instituído o pagamento em dinheiro como forma de acesso à terra.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

relações que instrumentalizam o espaço e que por diferentes maneiras fazem reproduzir o capital em geral, falseia uma questão central. O patrimônio habitacional e urbano é sujeito a uma *apropriação não apenas pelo uso* de sua utilidade intrínseca, mas pela possibilidade de ser um operador econômico de um valor entesourado. Este, patrimônio mesmo que estéril entesouramento (criou, reserva e) faz permanecer sequelas, que novamente pela transformação do capitalismo contemporâneo tendem a prevalecer.

Daí que cabe discutir a passagem para o século XXI e pensar as reestruturações das cidades latino-americanas como sendo fruto da financierização e de um urbanismo neoliberal que reforça a privatização imobiliária transformando o espaço, seu uso e valor.

2. A transformação capitalista em direção a um novo patrimonialismo

A chamada acumulação primitiva é reconhecida como um importante processo de constituição de relações sociais capitalistas. Ela é considerada como um processo que está na origem histórica da reprodução expandida do capital, porém percebe-se,. Portanto, ainda estariam presentes os mecanismos desse “pecado original”.

Talvez a mais importante ressignificação desse processo tenha sido a empreendida por Harvey (2004) em seu livro *O Novo Imperialismo* ao propor uma nova denominação: acumulação por espoliação (tradução de *acumulation by despossession* na edição brasileira). Os argumentos desse autor se mostram fundamentais para compreender a transformação do capitalismo contemporâneo, segundo eles acumulação por espoliação cumpre uma função distinta, como veremos, da acumulação primitiva havida na transição capitalista mundial e constituição da reprodução expandida do capital. O interesse maior, aqui, é discutir a relação entre a acumulação por espoliação (como relações não capitalistas, que foram fortemente reestruturadas) e a acumulação que tem como pano de fundo a reestruturação de algumas cidades latino-americanas. O entendimento é de que há uma simbiose nessa relação que precisa ser melhor discutida, para que ao se compreender a ressignificação do processo de acumulação primitiva (por espoliação) se compreenda também o patrimonialismo que se repõe, especialmente, nessa reestruturação fazendo persistir o “pecado original”.

No desenvolvimento urbano de São Paulo, esse processo que carrega o patrimonialismo em seu bojo, se mostra importante ao se mesclar com as atividades exportadoras, mercantis e posteriormente industriais. A industrialização da construção



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

marcada por grande heterogeneidade das formas de produção e de consumo urbano se revela como fundamento importante de reprodução capitalista e de favorecimento do desenvolvimento indústria, ao reduzir os custos de reprodução. Essa contribuição não é recente e ganhou relevo desde a transformação moderna da propriedade da terra associada a demolição da cidade de taipa e de sua reconstrução com tijolos¹⁰. São Paulo é o caso típico da modernização de uma cidade latino-americana, que apesar do avanço do seu aburguesamento, não se desprende de suas mazelas coloniais¹¹.

Nessa modernização, o desenvolvimento agrícola e industrial já se materializava desigualmente no espaço. Essa transformação que vinha sendo acionada a partir da crise do sistema mercantil exportador acompanhou a emergência de relações especificamente “burguesas,” tanto na organização do trabalho, que começa a ser assalariado, quanto na mudança da riqueza, que começa a se constituir na moderna propriedade da terra e funciona como se fosse capital (um capital fictício). O uso da terra como capital (fictício) já se anunciava pelos ativos sinais de avanço com a locação de imóveis, loteamentos, arrendamento agrícola e uma “indústria de fazendas”¹².

Na compreensão desse movimento revela-se significativo observar que desde o final do XIX e no transcorrer do século XX, com a expansão da indústria fabril e a consolidação da São Paulo moderna, manteve-se uma combinação de formas de exploração do trabalho com o uso (e abuso) das formas de espoliação, que graduava tanto as soluções habitacionais como diversificava as condições urbanas.

Os efeitos dessa urbanização desigual funcionou para reduzir ao mínimo os custos urbanos de reprodução do trabalho e, também, para elevar ao máximo os preços da terra e os rendimentos do capital. Enquanto *A Grande Transformação* tratava de impor o valor do tempo de trabalho pelo uso da maquinaria moderna nas fábricas afirmando a exploração do trabalho industrial, como fonte da riqueza, a nível mundial; em cidades latino-americanas se reforçava, com um urbanismo precário o rebaixamento do preço do trabalho e a elevação dos preços da terra (patrimônio criando capital fictício) para compensar as dificuldades com a reprodução geral do capital. Verifica-se, portanto, uma transformação em que a mundialização das forças do capital atuam aprofundando essa urbanização cuja precariedade se impõe pelo mercado à sociedade, cujo

¹⁰ A respeito da introdução da alvenaria burguesa na construção consultar Lemos (1989) e sobre sua associação com a transformação do trabalho escravo em trabalho livre ver Pereira (1988 e 2004)

¹¹ Fernandes (1976) é enfático a respeito ao discutir a integração do negro na sociedade de classes.

¹² Martins (1979), Mello (1985), Pereira (1988).



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

constrangimento pode ser representado com a imagem do Moinho Satânico tal como fez Polanyi (1944). Essa figura representa a força da produção para mercado atuando na maquinação de um tempo de trabalho social médio como condição da acumulação do capital. Uma força suficientemente crescente e impetuosa para atingir e impor em todos os cantos do mundo os objetivos da *Grande Transformação*: a exploração do trabalho, a acumulação expandida e aprofundar a reprodução industrial.

Harvey (2004) sem a preocupação de considerar as origens de nossa época, como fez Polanyi, se propôs a discutir como as forças da globalização estão criando um novo quadro da crise mundial. Destacamos acima, que ele analisou o papel da acumulação primitiva e buscou melhor compreender esse processo para reiterar a sua atual importância na destruição dos meios da acumulação expansiva. Harvey (2004, p. 139 e ss) chega a distinguir a luta política anticapitalista travada antes e a encadeada depois de 1973. Também, indaga, no campo da esquerda, sobre os enfrentamentos contra a exploração da acumulação expandida tendo em vista o uso mais intenso dos processos espoliativos. Indica, ainda, a necessidade de aprofundar essa análise e insiste na vantagem de combinar a luta anticapitalista contra esses processos espoliativos com a luta contra a exploração do trabalho. E conclui, que se tem”principalmente de cultivar assiduamente a conectividade entre lutas no interior da reprodução expandida e contra a acumulação por espoliação” (Harvey, 2004, p. 146).

Nesse sentido, é preciso notar que, sobretudo, na passagem para o século XXI a acumulação financeira e, também, a imobiliária apresentam significados novos que associam a globalização financeira à reestruturação das cidades tornando-as ainda mais injustas, segregadas e excludentes. A acumulação por espoliação vem tornar tudo mais disponível para o uso capitalista, mas para que a possibilidade de lucro se realizasse era necessário:

“além da financialização e do comercio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição.” (Harvey, 2004, p. 129)

Menos preocupado com a perspectiva histórica-geográfica do capitalismo e portanto mais distante da discussão sobre as lutas urbanas, sobre a transformação da cidade e sobre a instrumentalização do espaço pelo capital, Aglietta (1999) discute as forças da globalização e fala em três mercados: o mercado de bens, o mercado financeiro e o mercado de direitos de propriedade. Numa perspectiva quase apologética da



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

globalização, Aglietta, um economista, observa em cada um desses mercados importantes mudanças. Explica que à medida que esses mercados se tornam globais eles alteram suas funções. O mercado de bens perde sua influência na formação de preços; o segundo, o mercado financeiro passa a submeter o custo de capital e a tornar-se, cada vez mais, um mercado internacionalizado. Por último, o mercado de direitos de propriedade fica submetido a uma transformação da governança que impõe objetivos e rentabilidade aos títulos dos fundos¹³.

Embora esse economista em suas observações sobre as forças da globalização para as mudanças enfatize a concorrência e o progresso técnico frente à crise ele destaca o mercado financeiro. Para ele, será pela “l'influence prépondérante des marchés financiers... qui ont rétabli et fait progresser la rentabilité du capital” (Aglietta, 1999, p. 279). Assim, ressaltando a preponderância da influência dos mercados financeiros nos processos globais ele acrescenta outras características da globalização que darão o fundamento da passagem do regime fordista para o que ele, Aglietta, denomina de regime de crescimento patrimonial. O quadro reproduzido abaixo, elaborado por Aglietta (1999), mostra como são distintos o regime de crescimento fordista e o regime de crescimento patrimonial.

Quadro 1. Comparação entre os regimes fordista e patrimonial, conforme Aglietta.

CARACTERISTICAS	REGIME FORDISTA	REGIME PATRIMONIAL
<i>Produção e tecnologia</i>	- Investimentos mecânicos intensivos em capital - Aumento da produtividade do trabalho	- investimentos informacionais intensivos em trabalho - Aumento da produtividade do capital
<i>Governança</i>	- Controle interno e liquidez	- (Ações de) Propriedade institucional
<i>Critério de performance</i>	- Crescimento da empresa	- Lucro por ações
<i>Objetivo intermediário</i>	- Autofinanciamento	- Dividendo
<i>Salários</i>	- Padrão-salarial nacional por convenção coletiva	- Minimização do custo salarial no preço final

¹³ Conforme Aglietta (1999, p. 277).



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

<i>Preço</i>	- Custo de produção mais taxa de lucro normal	- padrão internacional mais taxa de cambio
<i>Demanda</i>	- Consumo de massa crescente, regular e favorável a rendimentos dinâmicos crescentes	- Consumo diversificado versátil e favorável a rendas temporárias de inovação de produtos.

Embora sejam vários os elementos identificados para estabelecer a passagem entre os regimes de crescimento, por ora, é suficiente destacar as características “preço” e “critério de performance”. Porque se, no fordismo, era o lucro normal associado a um custo de produção que regulava, internamente, o crescimento da empresa, no regime patrimonial, passa a ser o lucro por ações, algo externo ao processo de produção. “Dans le nouveau régime de croissance la variable pivot du comportement des entreprises est le profit par action. La gouvernance des actionnaires institutionnels force les entreprises à maximiser cette variable”. Nesse sentido, o “profit résultant valide la rentabilité des fonds propes exigée par les actionnaires institutionnels” (Aglietta, 1999, p. 279 e 280) (Grifo nosso). Os acionistas institucionais mostram-se os agentes principais dessa transformação do capitalismo contemporâneo e assumem importantes posições neste regime patrimonial podendo-se considerar, provocativamente como parece ter feito Chesnais (2005, p. 50), que:

“Estamos diante de uma lógica econômica em que o dinheiro entesourado adquire, em virtude de mecanismos do mercado secundário de títulos e da liquidez, a propriedade “miraculosa” de “gerar filhotes”. O “capitalismo patrimonial” é aquele em que o entesouramento estéril, representado pelo “pé-de-meia”, cede lugar ao mercado financeiro dotado da capacidade mágica de transformar o dinheiro em um valor que “produz” (Grifo nosso).

3. A mescla dos patrimonialismos estrutura uma nova máquina

O entesouramento esteril, tão próprio do patrimonialismo oligárquico da América Latina, e o “moderno entesouramento”, sob a *corporate governance*, estruturam uma nova máquina de capturar e acumular recursos. Em sua simbiose, ela favorece a concentração da riqueza, principalmente entre os proprietários mais ricos, aqueles detentores de um “patrimônio” elevado. Por isso, nota-se que os mecanismos que capturam e acumulam recursos, a máquina patrimonial se distancia ainda mais da produção, na medida que no atual regime importa menos do que no regime fordista, que é o trabalho quem cria a riqueza.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Vale a pena lembrar que na vigência do fordismo qualquer crise de acumulação se revelava como uma crise da reprodução das relações salariais, que manifestava a tensão entre o custo de reprodução da força de trabalho e a taxa de lucro do capital. Assim, para Aglietta a chamada crise do fordismo, simplificada, pode ser considerada como uma incapacidade de manter regulada a taxa de lucro e os níveis de vida do trabalhador, que o regime patrimonial vem resolver em favor do capital. Nesse sentido, para Chesnais, o que o novo regime de acumulação vem representar é uma retomada da dominação burguesa ao trazer uma resposta para a questão dos rendimentos do capital por fora da relação salarial e das condições de trabalho, mas sem resolver a tensão estrutural entre o trabalho e o capital.

Atualmente, na produção do espaço urbano a possibilidade do patrimonialismo oligárquico – com entesouramento estéril -, e o contemporâneo da “corporate governance” - como “moderno entesouramento”- se alimentarem mutuamente é o novo. No caso da urbanização latino-americana essa simbiose significa uma ruptura com o modo de vida vigente, em especial com a solução tradicional da moradia construída pelo próprio morador. É fora de dúvida que a solução não mercantil da moradia pode ser interpretada de maneira controversa. Mas, independente das diferentes interpretações sobre o crescimento da cidade parece certo que o que historicamente não era bom (o padrão periférico da urbanização) poderá se tornar pior tendo em conta que a emergência de operações simbióticas que mesclam o imobiliário-financeiro, simultaneamente, eleva os preços ao instrumentalizar o espaço urbano e endivida famílias ao compromete-las com crédito imobiliário extorcivo.

3.1 Moinho Satânico, a antiga máquina

Não se pode confundir a mescla latino-americana com as das cidades das economias centrais. Não apenas pela história, mas porque as condições diferem quanto as infraestruturas e, sobretudo, serviços e sua disponibilidade à população. Há, por motivo dessa diferença, quem fale que a América Latina teria tido uma “urbanización inversa” expressão da precariedade e do imprevisto na organização das cidades. Mas, tal desigualdade ocorre não devido à pobreza ou porque “modelo” foi distorcido. Ao contrário, esse é o modelo, que coube a Nuestra LatinoAmerica na acumulação primitiva. Por isso, se pretende discutir que as cidades lá e cá fazem parte de um mesmo



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

proceso, cuja anastrofia do padrão, tanto na industrialização, quanto na urbanização, responde à posição antípoda na mundialização do processo de acumulação.

O notável do processo é que quanto mais rica a cidade latino-americana, maior se mostra a segregação e, também, o gradiente da desigualdade urbana. O livro *São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza* dedicou-se a demonstrar a raiz do problema ao indicar que a “superioridade econômica de São Paulo baseia-se, em grande medida, na propriedade. Não na propriedade em geral, mas especificamente na propriedade do capital” (Camargo e outros, 1976, p. 14). Mas, o que teria a propriedade capitalista de específico? Trata-se de “propriedade de não-produtores... cuja finalidade é proporcionar lucros aos proprietários e que crescem mediante reaplicação de lucros próprios ou atração do excedente de outras unidades econômicas” (idem). Ou seja, é uma propriedade cujo fim é acumular, garantir um processo ininterrupto de ganhos (lucro, juros e rendas) para o seu detentor.

Mas, é importante reter que a acumulação é processo que apresenta diferenças no espaço e no tempo. No “Sul”, fruto de uma antípoda industrialização, a urbanização derivada das *plantagens* coloniais usou extensivamente o território (a “indústria de fazendas”) e o patrimônio urbano. A concentração da propriedade e da acumulação do trabalho em São Paulo resultou em crescimento de uma cidade, que se aburguesou mas não rompeu com a herança colonial¹⁴. Ao contrário, o crescimento da cidade continuará se apoiando na herança patrimonialista e trazendo para esse universo cultural até mesmo o trabalhador mais explorado que usou como alternativa construir sua casa própria, como se a posse dela constituísse “propriedade” para uma superação da precariedade da vida urbana.

“Uma das heranças mais significativas da formação colonial brasileira consiste em uma mentalidade patrimonialista fortemente arraigada no tecido social, o que contribui de maneira decisiva para reforçar a concepção do direito de propriedade privada como algo sagrado e inviolável, inclusive por aqueles que não a detém” (Trindade, 2012, p. 161).

A experiência têm mostrado que tal superação não se viabiliza por esse caminho. E outros caminhos tem encontrado dificuldade ao se orientar por falsos problemas enraizados nessa herança, que tem impossibilitado secularmente o trabalhador de tornar-se um cidadão. Uma pessoa reconhecida como cidadã com direitos legitimados

¹⁴ Florestan Fernandes (1976) é o pioneiro nessa formulação que defendeu como Tese na FFLCH da USP.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

por documentos de registro do trabalho, de moradia com endereço e de eleitor com direito de votar. Em São Paulo, para esses Direitos de cidadania, o trabalhador e habitante sempre encontrou empecilhos primeiro, como índio a ser “administrado” perdeu a sua mobilidade; em seguida como africano escravizado limitou-se a senzala, depois, mesmo após Abolição, como trabalhador negro não teve acolhida e hoje (des)empregado¹⁵. Assim, o desrespeito ao seu Direito está presente na vida de qualquer trabalhador superexplorado e morador espoliado. Talvez em condição ainda pior, no caso de ser ele um dos quase dois milhões de desempregados ou dos milhares de moradores em condição de rua.

Na raiz dessas dificuldades do trabalhador está o Estado que garante os seus Direitos e que assume ambiguidade em regular conflitos, historicamente contraditórios. As tensões entre o trabalho e o capital se arrastam sem solução e na urbanização pela força do patrimonialismo os conflitos padecem da vã tentativa de conciliar a apropriação privada com as necessidades da aglomeração. Para os interesses do capital as vantagens da organização do espaço urbano são distintas, elas não coincidem com a dos cidadãos. “Para o capital a cidade é fonte de lucro. Para os trabalhadores é uma forma de existência” (Camargo e outros, 1976, p. 61).

A tensão se agrava, persiste apesar das grandes transformações do capitalismo; mas, qualquer cidade, frente aos atuais processos discutidos – a reestruturação, a internacionalização e a financeirização – passa a ser impactada pelos projetos de novos artefatos globalizados. Nessas cidades, os megaprojetos interferem na produção do espaço e criam uma nova hierarquia: “um espaço disperso mas centralizado por forças que passam pela sede metropolitana que empresta o nome à sua região: Buenos Aires, Santiago, São Paulo...” (Pereira, 2006, p. 59).

Na transição para o espaço metropolitano, as forças do regime patrimonial encontra a herança patrimonialista do crescimento urbano e construção tradicional das cidades. Em tal transição a precariedade e a segregação urbana não se limitam às manifestações

¹⁵ Para Florestan “São Paulo constituía, naquela época, uma das cidades paulistas e brasileiras menos propícia à absorção imediata do elemento recém-egresso da escravidão. Sobre o pano de fundo da concepção tradicionalista do mundo e da dominação patrimonialista (exercida por reduzido número de famílias ‘gradas’ e ‘influentes’), São Paulo aparecia como o primeiro centro urbano especificamente *burquês*.” (Fernandes, 1976, p. 4)



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

da urbanização desigual ou da sua condição dependente. Por isso, pode-se entender que os enfrentamentos não se limitam a superação do arcaico ou do atraso como fundamento do precário no capitalismo, não cabendo “passivizar” e nem aceitar soluções à moda neoliberal. Fique claro, nem a precariedade precisa ser institucionalizada, como se fosse um preço a ser pago pelo “progresso” e nem a mercantilização financeirizada precisa ser estimulada como se fosse integração ao consumo, porque esta é, sobretudo, endividamento. Talvez, mais importante, é insistir que ambas alternativas não indicam os caminhos a serem construídos na perspectiva de uma política contra-hegemônica.

3.2. Moinho Satânico Globalizado, a nova máquina patrimonial.

Desde a década de 80, se identifica uma retração da solução habitacional tradicional, mas não se compreendeu que ela vinha na esteira de uma elevação dos preços no mercado imobiliário e nem ficou claro a ação pública regularizadora da propriedade urbana, que apesar de atingir os loteadores funcionava em defesa dos interesses patrimoniais. (In)Soluções que prevaleceram até o Estado assumir as políticas com propostas habitacionais de interesse social via mercado.

De alguma maneira essas políticas evidenciam pela via da mercantilização financeira, que já não está vigente o crescimento urbano periférico, como um padrão. Mas, se antes a alternativa de morar na periferia mesmo com uma *urbanização sem urbanismo* mitigava a impossibilidade de morar na cidade. Agora, com a financeirização se aprofunda o processo de isolamento social do morador por meio de um *urbanismo sem urbanização* ao propor integração no consumo via endividamento. Se na alternativa primeira, a exclusão transformava-se no seu contrario ao esmaecer as mazelas da urbanização industrial fordista periférica, que funcionava como um processo de inclusão dos pobres na dinâmica imobiliária. Agora, desde os anos 1970 e principalmente após os anos 2000, ao contrário da “inclusão excludente”, o urbanismo sem urbanização vem propor os métodos dos grande projetos urbanos (Pereira, 1997 e 2014). A partir de megaprojetos de renovação urbana por meio de empreendimentos de um urbanismo neoliberal “a questão não é introduzir um nexos capitalista mas, muito mais, criar as condições necessárias ao funcionamento do capital especulativo” (Santos, 1977, p. 37). Tanto que as políticas de renovação de diferentes áreas urbanas vão estar associadas a megaeventos internacionais, que como este (e por meio deste) será um instrumento



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

articulado globalmente para criar a nível local numa perspectiva neoliberal as condições necessárias para continuidade da reprodução do capital (Pereira, 2014).

Como se fosse um repetido Cavalo de Troia, se criam articulações globais-locais reincidentes, para instrumentalizar o fetichismo imobiliário. Em diferentes cidades realizam-se eventos internacionais que com variações de intensidade, velocidade e forma urbana injetam volumosos investimentos que multiplicam a renda da terra e, também, gera rendas financeiras. A terra e as finanças envolvidas nesses negócios revelam a força da propriedade patrimonial no novo regime e a possibilidade de capturas diferenciais de rentabilidade em diferentes tempos e escala. Trata-se de algo aparentemente simples, diz Harvey (2004) lembrando que ambos envolve o duplo sentido do que ele chamou de “ordenação espaço-temporal”.

Essa “ordenação”, por um lado, é o investimento de capital fixado na terra, de uma maneira física e imóvel funcionando como qualquer infraestrutura, por isso tal aparência simples e de algo imprescindível. Por outro, quase metafóricamente, apresenta um sentido de criação de capital fictício. Este sentido revela-se em diferentes operações, por exemplo, por “instituições estatais e financeiras [que] detém o poder-chave de gerar e oferecer crédito”, “gastos estatais produtivos que se pagam a si mesmos” ou “um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiantamento do tempo e da expansão geográfica” (Harvey, 2004, 113). Essas múltiplas possibilidades de criação de capital fictício por meio da ordenação espaço-temporal representam uma nova instrumentalização do imobiliário e mobilização da propriedade mobiliária, como propriedades patrimoniais. E como riqueza patrimonial funcionam sob a aliança do Estado e das instituições financeiras se mostrando, em ambos lados, cruciais e imprescindíveis para acumulação. Em um lado, para o funcionamento (real/material) e, em outro, para a criatividade interminável de poder e mística que faz sustentar e reproduzir o capital (idem). Foi a essa acumulação por “outros meios”, que o consagrado autor, na perspectiva de uma “geografia histórica do capitalismo” se referiu como “acumulação via espoliação”¹⁶.

É relevante que as “formas reativadas ou novas que David Harvey reagrupa sobre o nome de acumulação por expropriação (*accumulation by dispossession*)”, conforme

¹⁶ Ele considerou “estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’” (Harvey, 2004, p. 121). Porém, adiante aprofundou a distinção dizendo que “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (ibidem, p. 135).



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

citado por Chesnais (2004, p. 21) tenham sido mencionadas por este economista como exemplo de reconfiguração de oligopólios em diversos cantos do mundo e dando suporte às organizações que concentram o capital a nível mundial. Para esse autor não foram as forças da globalização, que ele chama de mundialização, que “acentuou a evolução dos sistemas políticos rumo à dominação das oligarquias obcecadas pelo enriquecimento e voltadas completamente para a reprodução da sua dominação” (ibidem).

Pode-se dizer que para os referidos autores o atual regime mundial resulta tanto da consolidação de uma forma específica e nova de acumulação de capital, como das políticas de liberalização, desregulamentação e privatização. A abertura de novos campos de investimentos lucrativos para o capital, legítimos ou ilegítimos, resolve as dificuldades com os excedentes de capital à medida em que passa a dispor de ativos públicos e privados que possam ser instrumentalizados legal ou ilegalmente, para a acumulação. A continuidade da reprodução, em grande parte, passa ser suportada pela formação de capital fictício¹⁷.

Identifica-se, não só nas economias centrais, mas em países latino-americanos movimentos de capital que, a partir dessas alternativas para controlar as dificuldades da reprodução capitalista, passam a ocorrer em grandes saltos em relação à desigualdade social como dizendo respeito à concentração e centralização do capital. Trechos de um longo parágrafo poderá melhor esclarecer esse quadro para a América Latina:

“Em todos os países em que as oligarquias agrárias e financeiras nunca foram desenraizadas, como na América do Sul, o regime institucional da mundialização reforçou seus direitos de propriedade e os mecanismos de apropriação fundada sobre a exploração do trabalho ou dos ganhos rentistas” [...]

“Nos setores específicos do ‘Sul’ – na agroindústria, nas minas e nos metais de base, mas também em menor medida nos bancos e nos serviços financeiros – constata-se uma ênfase análoga àquela do Norte, na centralização e concentração do capital.” [...]

“Em certos setores elas [as oligarquias] dão origem a oligopólios ‘rejuvenescidos’ e ‘renovados’. Eles [os setores] combinam um controle importante da *corporate governance*, um gerenciamento moderno e um uso possível das tecnologias de ponta com as formas de exploração mais retrógradas da força de trabalho e do meio ambiente. A extração, a transformação e a exportação de metais de base

¹⁷ Harvey, 2004 e em vários textos de Chesnais (2003, 2005). Aparentemente, uma grande divergência entre eles é a maneira de qualificar a acumulação, associando-a a espoliação ou ao patrimônio. Todavia, dela transparece um relevante ponto comum a ideia de ativos mobilizados como capital fictício. Entendo ser promissora a utilização dessa categoria para compreensão do mundo contemporâneo. Ela foi utilizada por Marx, mas como outras emergentes ainda encontra-se pouco elaborada.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

e da agroindústria são exemplos típicos que o Brasil conhece.” (Chesnais, 2005, p. 22) (Grifo nosso)

Cabe reiterar que Chesnais indica o caráter atrasado dessas oligarquias que apesar de buscarem “um gerenciamento moderno”, mostram que não querem promover nenhum avanço social. Quando se combina o uso das “tecnologias de ponta com as formas de exploração mais retrógradas da força de trabalho” não se redime a economia de suas mazelas. Embora essa seja a história da indústria e da urbanização latino-americana, a persistência do uso extremo dos trabalhadores para obter a máxima exploração do trabalho radicaliza a ideia de uma dívida social provocada pela industrialização e que o progresso social deveria sanar. Menciona ainda o uso do meio ambiente, a extração, a transformação e a exportação de metais de base e da agroindústria. Para o caso brasileiro, bastaria mencionar o chamado “acidente” de Mariana¹⁸. E avalia que os conflitos no surgimento desses oligopólios seriam resultados “menos de verdadeiras de tensões entre o ‘Norte’ e o ‘Sul’ do que de rivalidades entre frações diferentes de um mesmo capital concentrado e internacionalizado.” Até porque os títulos de propriedade desses oligopólios poderiam ser patrimônio dos mesmos fundos, quase sempre os mais poderosos (ibidem, p. 23).

Relevante essas indicações, mas ainda que mencione o atrasado pelo que aparece “rejuvenescido” ou “renovado nas” relações oligárquicas, esse autor considera apenas um tipo de “patrimônio”, o moderno. Aquele cujo titulação de propriedade é representativa de um capital (ilusório) constituído por títulos de caráter financeiro de capital fictício. Chesnais (2005) não deixa de mencionar ambos ativos, os financeiros e os imobiliários e no caso dessas oligarquias terceiro-mundista como as latino-americanas deve pesar bastante a propriedade da terra¹⁹.

Harvey (2004) apoiado nos clássicos como Lenin, Hilferding e Rosa Luxemburgo, ressalta o sentido de fraude, predação e roubo do sistema de créditos e do capital financeiro, mas não deixa de os reconhecer em suas características centrais do capitalismo contemporâneo. E, certamente, por sua preocupação histórico-geográfica com os movimentos do capital dá relevo às questões espaciais (habitação sociais,

¹⁸ Em 2015, a barragem da mineradora Samarco se rompe e afeta 39 cidades, de Minas ao Espírito Santo, o ambiente urbano e rural poderá levar décadas para se recuperar. Essa tragédia na cidade de Mariana (MG) é considerada o maior desastre ambiental do Brasil, mas diversos desastres semelhantes.

¹⁹ Na América Latina “las elites nacionales (terratenientes y capitalistas) siguen siendo quienes más invierten en la tierra y la agricultura, y quienes han participado en los negocios recientes vinculados al nuevo contexto global” (SOTO BAQUERO, Fernando & GOMEZ, Sergio, 2014, p. 41).



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

privatização de espaços e serviços urbanos) e aos aspectos que mostram o uso da natureza (água, floresta, petróleo,) por mecanismos da acumulação por espoliação em diferentes partes do mundo. Em vários pontos de seu livro indica que a partir de 1973 a financeirização e a orquestração dos interesses privados com o Estado dão o tom geral da emergência da políticas de privatização e das neoliberais. E não deixa dúvida de que desde então o “que acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos”, que se valiosos são desvalorizados e oferecidos “a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero).” De maneira que fique possível ao capital “apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (Harvey, 2004, 124).

Quando isso não é possível, ativos valiosos ficam reservados como que à espera do momento oportuno para gerar ganhos para algum capital desempregado ou sobreacumulado. Criar esses momentos, orquestrando (des)valorizações oportunistas, se torna a principal razão do planejamento das intervenções urbanas orientadas por modelos empresariais e com apoio do Estado. Esse parece ser o caso das diversas e diferentes intervenções públicas associadas a interesses privados nas cidades latino-americanas.

Há casos que se tornaram conhecidos negativamente como o de Puerto Madero, em Buenos Aires, o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro por revelarem os caminhos escabrosos pelos quais se tem instrumentado os espaços da cidade por meio do planejamento e de boas intenções urbanísticas. Por fim, o quadro abaixo procura apresentar os elementos do contexto geral no qual se enquadra a transformação do urbanismo fordista em urbanismo liberal nessa última passagem de século.

Quadro 2. A grande transformação na passagem para o século XXI

GRANDE TRANSFORMAÇÃO NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XXI		
	Até último quartel do século XX: Regime Fordista	Desde os anos 1970: Regime Patrimonial
Nível mundial	Imperialismo	Globalização
Motor da acumulação	Exploração do trabalho	Processos espoliativos: imobiliários e financeiros
Fundamento da industrialização	Produção fabril (criação de coisas)	Produção imobiliária (criação de espaço)



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

e condição da inovação	Mecanização e automação	Design e informatização
Produção para mercado	Produção em massa e padronizada	Produção para nichos e flexível
Nível local	Urbanismo provedor	Urbanismo neoliberal

Considerações finais

Considera-se ter mostrado como na atualidade o poder do patrimônio reforça-se na finança mundializada realçada pelo rendimento dos títulos mobiliários e títulos imobiliários, que Chesnais (2005) sintetizou como sendo rendas da propriedade patrimonial. Embora possa ser considerado um “moderno entesouramento”, como procuramos discutir, a rigor representa retorno ao poder do patrimônio que remete ao rentismo, pois “designa uma propriedade mobiliária e imobiliária que foi acumulada e dirigida para o ‘rendimento’ (Chesnais, 2005, p. 48 e 49).

Ressalte-se que os ganhos com a terra avolumam-se continuamente e esse foi um dos traços da apropriação do território latino-americano pela colonização ibérica. Tanto que a grande empresa de produção agrícola colonial só vale à pena “enquanto for uma espécie de ‘mina de ouro’” (Fernandes, 1976, p. 23). Esse parece ser o sentido dos atuais megaprojetos, por exemplo, dos megacomplexos imobiliários-hoteleiros que combinando negócios imobiliários-financeiros estão a transformar cidades e regiões na América Latina. Nos primeiros séculos, o Senhor do engenho aceitava a posição de ser “parceiro nas colônias” e representar o poder da Coroa que pela divisão internacional do trabalho “o convertia no principal elemento humano da preservação, fortalecimento e expansão do próprio sistema colonial” (idem, 26). Este Senhor, “como e enquanto sistema colonial” não só representou a Coroa, como acabou concebendo sua existência social e a da Nação subordinada “aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista” (Ibidem). Essa incidência do poder externo vem representar um traço presente no poder dos que decidem pela subserviência aos centros hegemônicos de decisão do capital, estejam estes onde estiverem.

A proposta dessa discussão partiu da metáfora de um moinho satânico globalizado, para ressaltar e atualizar a imagem do MOINHO SATÂNICO utilizada por Polanyi em seu livro *A Grande Transformação*. Ressaltamos que esse autor, em meados do século XX, utilizou esta metáfora para afirmar que “um mercado auto-regulável... teria



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto”. (Polanyi: [1944] 2000, 18). A renovação dessa metáfora quer mostrar que atualmente a tese de Polanyi ganha força porque no capitalismo contemporâneo o risco de aniquilamento da vida social se exacerbou.

Lembrar Polanyi (1886-1964) é evocar um intelectual que com suas teorias sobre as relações entre cultura, sociedade e economia procurou estabelecer uma crítica às estruturas da mercantilização da vida social. A leitura dos seus textos, que indaga se é possível à sociedade manter essa convivência com o mundo da mercadoria, permite ir além da denúncia do caráter perverso dessas relações, abrindo-se para um futuro humanista da economia, da política e do Estado.

Nesse sentido, merece ser lembrado que Polanyi (2000, p. 55) a “crença no progresso espontâneo pode cegar-nos”. E, nesse momento, a globalização, a finança e a tecnologia informacional e organizacional trazem uma nova compreensão de progresso com efeitos mais arrebatadores e ofuscantes por sua grande influência na rentabilidade do capital (Aglietta, 1999, p. 279). A preponderância dessa influência no rendimento do capital se opõem a tradição da indústria fordista, destrói conquistas históricas e, principalmente, a resistência dos trabalhadores ao se tornar um meio bastante eficaz para a extração do mais valor e restabelecimento do domínio de classe.

Essa nova via de acumulação mostra eficácia maior e por sua exterioridade em relação ao processo de produção tende dispensar o trabalho; porém mais importante que obscurece a origem da riqueza. Assim, ela cria um novo contexto onde o “progresso” passa a significar a associação de sofisticados processos espoliativos imobiliários e financeiros com as mais diversas formas de exploração do trabalho, novas e antigas. A novidade para a produção do espaço, nesse novo regime, é que a espoliação imobiliária e a espoliação financeira parecem ganhar autonomia e mutuamente se beneficiarem na captura de mais valor. De forma que os rendimentos capturados nesses processos de instrumentalização da terra e do dinheiro se tornam poderosas forças de ilusão urbanística e de falseamento do “progresso”.

O quadro abaixo apresenta elementos de cada um dos patrimonialismos aqui discutidos de maneira polarizada mas muitas vezes tentando mostrar como se imbricam e estruturam uma *máquina patrimonial* reforçada metafóricamente pelo que foi chamado de Moinho Satânico Globalizado.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Quadro 3. Patrimonialismo

Característica	Oligárquico	Contemporâneo
Elemento e agente	“entesouramento estéril” e oligarquia	“moderno entesouramento” e gerencia corporativa
Controle do Estado	por oligarcas	por corporações
Efeito político	Peleguismo	Passivização
Efeito urbano	Vazios: retenção ociosa e especulativa	Condomínio financeirizado: endividamento, subsídios e incentivos
Efeito na economia	Reserva de valor	Capital fictício

Finalizando reitero que na discussão dos autores Aglietta e Chesnais buscou-se ressaltar a noção econômica de “patrimônio” como fonte relevante dos rendimentos do capital, e assinalar que apresentam algumas divergências importantes. Em ambos, fica claro que o que se torna objetivo do “regime patrimonial” é assegurar a captura e a concentração da riqueza entre os mais ricos, seja um país ou grupo social. Nesse sentido, buscou-se relevar que os processos “patrimoniais” são rentistas e concentradores de capitais e de fluxos globais; mas, também, se manifestam a nível local de maneira vigorosa na dinâmica imobiliária da urbanização em especial das cidades latino-americanas dada a tradição do patrimonialismo oligárquico.

Referencias

- AGLIETTA, Michel. **Le capitalisme de demain**. Paris: Fondation Saint-Simon, 1998.
- AGLIETTA, Michel. Les transformations du capitalismo contemporâneo. In Bernard Chavance, Éric Magnin, Ramine Motamed-Nejad, Jacques Sapir (dir) **Capitalisme et socialismo en perspective**. Evolution et transformation des systemes économiques. Paris: Lá Decouverte, 1999.
- CAMARGO, Candido et ali. **São Paulo 1975. Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CHESNAIS, François et ali. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- CHESNAIS, François. (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DAHER, Antonio. “Neoliberalismo urbano en Chile”. Santiago do Chile: *Estudios Públicos* 43, pp. 281-299, 1991
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FERRO, Sergio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Prolivros, [1976] 2005.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, [2003] 2004.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

HEINICH, Nathalie. **La fabrique du patrimoine. De la cathédrale à l'apetite cuillère.** Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009.

JARAMILLO, Samuel. **Production du logement e capitalismo dépendant: le cas de Bogota.** Paris, These (Doctorat de 3e. Cycle) Université de Paris XII, 1979.

LEMOS, Carlos. **Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liberado pelo café.** São Paulo: Nobel, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza.** São Paulo: Hucitec, 1985.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro, Intrínseca, [2013] 2014.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier Pereira. **Espaço, Técnica e Construção.** São Paulo: Nobel, 1988.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier Pereira. “Metrópole e exclusão: a dinâmica dos processos sócio-espaciais em São Paulo.” ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17, *ANAIS da ENANPUR*, Recife, 1997.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier Pereira. **São Paulo, a construção da cidade, 1972-1914.** RIMA/Fapesp, 2004.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier Pereira. “Reestruturação imobiliária em São Paulo (SP): especificidade e tendência. In: SILVEIRA, R. L. L., PEREIRA, P. C. X., UEDA, V. (Org.) *Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. pp.45-63.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier Pereira. Megaprojeto e produção do espaço urbano. Uma perspectiva crítica. In. OLIVEIRA, Floriano et ali. (orgs.) **Geografia urbana. Ciência e ação política.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 199-218.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação. As origens de nossa época.** Rio de Janeiro, Campus, 2000.

SEMPA. São Paulo. **Crise e Mudança.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

SOTO BAQUERO, Fernando & GOMEZ, Sergio (eds.). **Reflexiones sobre la concentración y extranjerización de la tierra en America Latina y el Caribe.** Santiago de Chile, FAO, 2014.

TRINDADE, Thiago Aparecido. “Direitos e Cidadania: reflexões sobre o direito à cidade.” *Lua Nova*. 87. São Paulo: CEDEC, 2012. P. 139-165.

SANTOS, Milton. “A totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais.” *Contexto*. São Paulo, n. 4, p. 31-43, nov. 1977.